

Arrocho salarial vai facilitar negociação

DEOLINDA SARAIVA
Da Editoria de Economia

Rio — Não há dúvidas de que as medidas de quinta-feira, atingindo os salários do funcionalismo público, abriram o caminho para o governo concluir um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Para Paulo Nogueira Batista Júnior, o pacote de congelamento da URP permitirá que as negociações com os bancos privados estrangeiros sigam em frente: "estavam semiparalisadas, à espera de medidas para reduzir o déficit" — e resultarão no "reenquadramento do Brasil nas regras do jogo", agravando a crise recessiva já iniciada.

O diretor do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional da FGV e principal idealiza-

dor da moratória decretada durante a gestão de Dilson Funaro, em fevereiro do ano passado, não considera os termos do acordo da dívida, da forma como vem sendo divulgado, um bom resultado para o Brasil. "Para um superávit da ordem de US\$ 13 bilhões, nós devemos remeter ao exterior cerca de 4 por cento do PIB, ou US\$ 12 bilhões em termos agregados, incluindo os juros da dívida e remessa de dividendos", afirma.

O preço a pagar pelo Brasil será, conforme Nogueira Batista Júnior, mais recessão, maior pressão inflacionária e desequilíbrio das contas internas. "Estamos voltando ao cenário econômico vivido em 1983 e 1984", observa. A polêmica sobre as mudanças na filosofia de ajustamento exigi-

da pelo Fundo Monetário Internacional também é questionada pelo economista. "O que mudou? As angústias do ex-presidente Figueiredo sobre corte de salários são as mesmas vividas pelo atual presidente", diz ele.

Nogueira Batista lamenta a situação vivida pelo Brasil neste momento: "O governo Sarney começou despertando esperanças na sociedade e não tinha o direito de acabar dessa maneira, seguindo o roteiro tradicional de negociação da dívida com alto custo para o País". Para o professor da FGV, os ajustes feitos em cima do salário do setor público têm motivações eminentemente políticas, pois o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, já estava compro-

metido com essas medidas junto aos credores internacionais há cerca de 40 dias.

Ele também acredita que a sociedade poderia suportar medidas duras, de sacrifício, desde que viabilizassem uma negociação satisfatória. Nogueira Batista lembra, ainda, que a moratória não foi formalmente suspensa, pois resta regularizar o pagamento dos juros vencidos no valor de US\$ 3 bilhões referentes ao período de 20 de fevereiro de 1987 (data da decretação da moratória) a 30 de setembro, além dos juros de março e abril deste ano. Ainda assim, o País já pagou US\$ 1,6 bilhão aos bancos comerciais referentes aos juros negociados no final de 1987 (de outubro a fevereiro deste ano), sem obter dos credores sequer a assinatura de uma minuta.